

ATA NÚMERO 184/XIII (4.ª)

Aos 11 dias do mês de julho de 2019, pelas 14 horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do ex-Conselho de Administração do OPART sobre a greve dos trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos

II PARTE

1. Discussão do [projeto de resolução n.º 2205/XIII \(4.ª\)](#) (BE) — Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto Orquestra Geração
2. Discussão do [projeto de resolução n.º 2210/XIII \(4.ª\) \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo que mantenha os apoios aos clubes que participam em provas nacionais e que se tenham que deslocar de ou para as regiões autónomas
3. Discussão:
 - [Projeto de resolução n.º 2217/XIII \(4.ª\) \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que de forma célere proceda à decisão de classificação do edifício da antiga Fábrica de Saboaria e Perfumaria Confiança
 - [Projeto de resolução n.º 2237/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que de forma célere proceda à decisão de classificação do edifício da antiga Fábrica de Saboaria e Perfumaria Confiança

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 2241/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação do conjunto edificado composto pela fábrica de briquetes e plano inclinado da Mina do Espadanal, em Rio Maior, enquanto património de interesse público
5. Discussão do [projeto de resolução n.º 2242/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional
6. Discussão do [projeto de resolução n.º 2262/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Recomenda a classificação da obra de José Afonso como de interesse nacional
7. Outros assuntos

I PARTE

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do ex-Conselho de Administração do OPART sobre a greve dos trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos representantes do ex-Conselho de Administração do OPART Carlos Vargas, Samuel Rego e Sandra Simões, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) apresentou o [requerimento](#) do seu grupo parlamentar referindo que os trabalhadores da OPART, da Companhia Nacional de Bailado, os técnicos têm vindo ao longo dos anos a ter um conjunto de reivindicações justas e que foram abrindo algumas brechas na relação que tinham com a OPART e com a tutela, o Ministério da Cultura.

Mencionou que nos últimos tempos tiveram a oportunidade de assistir e de acompanhar a greve que foi organizada por esses trabalhadores, pelo sindicato CENA, ouvir as suas reivindicações e a

partir daí tentar construir uma cronologia do processo para o Parlamento, para o Grupo Parlamentar do BE terem argumentos, matéria para poderem trabalhar e perceberem exatamente onde estão as responsabilidades, os responsáveis e as soluções que podem ser encontradas para aquele problema.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), José Magalhães (PS), Ana Mesquita (PCP) e Luís Monteiro (BE) que colocaram diversas questões, nomeadamente sobre em que ponto está a prestação de contas da OPART, que lições é que tiram daquela experiência, que justificações é que foram dadas aquando da demissão do Presidente da OPART e da não recondução dos dois Vogais da OPART.

Os representantes do ex-Conselho de Administração do OPART responderam individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo feito uma intervenção que pode ser consultada [aqui](#).

A documentação da audição e a gravação vídeo podem ser consultadas na [página internet da Comissão](#).

II PARTE

1. Discussão do [projeto de resolução n.º 2205/XIII \(4.ª\)](#) (BE) — Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto Orquestra Geração

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação da iniciativa, afirmando que o projeto «Orquestra Geração» é um dos melhores exemplos de projetos de inclusão social no país e na Europa, tendo mesmo a Câmara Municipal da Amadora distinguido este projeto com o prémio Excelência na Educação. Referiu também que, em 2013 e 2014, a Orquestra Geração foi considerada uma das 50 melhores práticas de intervenção social de toda a União Europeia e que, em 2018, recebeu da Assembleia da República a medalha de ouro comemorativa dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos da Humanidade.

Lembrou que só na zona da Área Metropolitana de Lisboa estão envolvidas neste projeto cerca de 550 crianças e jovens dos 6 aos 17 anos de idade, distribuídos pelos vários instrumentos da orquestra sinfónica, das cordas aos sopros, passando pela percussão.

Apesar de todo o seu sucesso, o projeto continua sem qualquer garantia plurianual de financiamento, o que significa todos os anos submeter o projeto à possibilidade de extinção e condenar os seus professores à mais absoluta precariedade. E, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do BE vem solicitar ao Governo que proceda no imediato à concretização da continuidade do projeto Orquestra Geração para o ano letivo 2019-2020 e que inicie os procedimentos necessários à contratualização plurianual com a Orquestra Geração, assegurando a estabilidade dos seus profissionais, da oferta educativa das escolas e do percurso educativo dos alunos e alunas que participam no projeto;

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PSD concorda no essencial com a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE. Lamentou, no entanto, que com o fim próximo da Legislatura a Comissão não possa proceder à audição da escola, da autarquia, das associações envolvidas para procurar apurar que outros aspetos devem ser tomados em linha de conta, designadamente o que tem ver com o financiamento plurianual do projeto.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por afirmar o apoio do seu Grupo Parlamentar à iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE, salientando também o sucesso que tem tido este projeto num contexto problemático e para o qual contribuiu certamente o envolvimento da comunidade escolar e local.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) reportou-se às virtualidades do projeto e que já tiveram os seus resultados no terreno, exigindo o envolvimento de toda a comunidade escolar, da câmara municipal e de vários agentes privados que querem dar o seu contributo para o desenvolvimento do projeto.

2. Discussão do [projeto de resolução n.º 2210/XIII \(4.ª\) \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo que mantenha os apoios aos clubes que participam em provas nacionais e que se tenham que deslocar de ou para as regiões autónomas

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

3. Discussão:

- [Projeto de resolução n.º 2217/XIII \(4.ª\) \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que de forma célere proceda à decisão de classificação do edifício da antiga Fábrica de Saboaria e Perfumaria Confiança
- [Projeto de resolução n.º 2237/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que de forma célere proceda à decisão de classificação do edifício da antiga Fábrica de Saboaria e Perfumaria Confiança

A Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) referiu que o edifício da Fábrica Confiança, desenhado pelo arquiteto José da Costa Vilaça, é considerado o último edifício existente na cidade de Braga com características representativas da arquitetura industrial dos finais do século XIX e XX. Encontrando-se devoluto desde 2002, continua a impor-se como espaço patrimonial material e imaterial, fazendo, assim, sentido salvaguardá-lo na esfera pública, como local de encontro entre o passado e o futuro da cidade. Várias instituições culturais da cidade organizaram-se e promoveram petições em defesa do edifício na esfera pública, apresentando propostas em defesa da sua recuperação e reconversão para fins culturais e sociais que sirvam a comunidade, sabendo que a sua alienação a privados constitui uma perda irreversível para a comunidade.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS vem recomendar ao Governo que sejam desencadeadas negociações com a Câmara Municipal de Braga para que se analise a possibilidade de obtenção de fundos europeus para a reabilitação do edifício da Fábrica Confiança e a instalação de projetos culturais, museológicos e de indústrias criativas que sustentem e garantam a sua preservação na esfera pública e que a Direção-Geral do Património Cultural realize as diligências necessárias para que seja garantida uma eficaz e célere decisão de classificação patrimonial do edifício da antiga Fábrica de Saboaria e Perfumaria Confiança.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) sublinhou que desde 2013 que o edifício é parte integrante do património municipal, dado ter sido adquirido pelo então executivo municipal. À data, a compra foi justificada com o facto de este ser o único edifício representativo do património industrial do concelho e, por isso, ter uma enorme relevância cultural para a cidade. Para além da memória

histórica e afetiva da Fábrica Confiança, foi também a possibilidade de ver o edifício transformado em equipamento cultural que levou o executivo de então a avançar com a sua aquisição.

Sucedeu que, em setembro de 2018, o executivo municipal anunciou a intenção de vender a Fábrica Confiança, decisão que mereceu forte contestação dos cidadãos, da comunidade artística da cidade e das suas forças vivas.

O PCP considera que o edifício da Fábrica Confiança tem uma enorme importância para o património arqueológico e industrial do concelho de Braga, bem como para a sua dinamização cultural. Desde dezembro de 2018 que estão em curso, no Ministério da Cultura, os procedimentos para a classificação patrimonial do edifício. Porém, passados seis meses da abertura do procedimento desconhece-se quando será concluído.

Neste sentido, o PCP recomenda que seja concluído com celeridade o processo de classificação do edifício Fábrica Confiança e que sejam alocados os meios financeiros necessários, incluindo o recurso a financiamento comunitário, à proteção e valorização da Fábrica Confiança.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) disse que o seu Grupo Parlamentar acompanha as iniciativas em apreço. Mencionou que o património arqueológico e industrial do país tem vindo a ser delapidado e principalmente nos últimos anos por uma ganância muito grande do ponto de vista imobiliário.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) transmitiu que acompanha alguns dos princípios das iniciativas em análise, nomeadamente quanto às responsabilidades do Estado na defesa deste património industrial e designadamente ao nível dos meios financeiros. Disse que o seu grupo parlamentar se absterá em ambos os projetos de resolução.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) disse que o que o Grupo Parlamentar do PS propõe é que sejam desencadeadas negociações, isto é, propõem serem proactivos na busca de uma solução, mas não impõem, uma vez que não o podem fazer.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 2241/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação do conjunto edificado composto pela fábrica de briquetes e plano inclinado da Mina do Espadanal, em Rio Maior, enquanto património de interesse público

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) fez a apresentação da iniciativa, referindo que o objetivo da mesma tem a ver com a classificação do conjunto edificado composto pela antiga fábrica de briquetes e pelo plano inclinado da Mina do Espadanal, em Rio Maior, como imóvel de interesse público.

A presença urbana da fábrica de briquetes na cidade de Rio Maior adquiriu ao longo das décadas um valor simbólico, constitutivo da própria identidade urbana, reconhecido por toda a comunidade rio-maiorense e amplamente demonstrado pela mobilização social em torno do movimento associativo criado para a sua defesa.

A fábrica de briquetes é o mais importante testemunho material da atividade mineira em Rio Maior, operando como legado simbólico do trabalho de gerações de rio-maiorenses, cujos descendentes nela reconhecem e projetam a memória coletiva do esforço dos seus antepassados num período de profundas transformações sociais ocorridas em resposta às condicionantes da II Guerra Mundial e da industrialização no pós-guerra.

A fábrica de briquetes da Mina do Espadanal é uma obra única, pela sua qualidade arquitetónica e inovação tecnológica, na construção de acessórios mineiros em Portugal, cuja singularidade se deve ao investimento de importantes recursos económicos e técnicos públicos na exploração do jazigo de lignites de Rio Maior como reserva estratégica de combustível para abastecimento da região de Lisboa, durante a II Guerra Mundial e no pós-guerra.

A fábrica de briquetes da Mina do Espadanal é, ainda hoje, o mais imponente e monumental edifício da cidade de Rio Maior, constituindo a face visível de um extenso complexo industrial que deixou evidências materiais dispersas por um vasto território, desde os milhares de metros de galerias subterrâneas, atualmente inacessíveis, aos trinta quilómetros da antiga via-férrea mineira.

O estado de conservação do imóvel, nomeadamente, em particular, a degradação da estrutura de betão da antiga chaminé da central elétrica da fábrica de briquetes, apresenta riscos evidentes de perda da perenidade e da integridade do bem, caso não sejam tomadas medidas para o seu restauro, que apenas a classificação patrimonial tornará legalmente obrigatórias.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP vem recomendar ao Governo que dê início ao procedimento conducente à classificação do conjunto edificado composto pela fábrica de briquetes e plano inclinado da Mina do Espadanal, em Rio Maior, como imóvel de interesse público.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) sublinhou que este imóvel é propriedade municipal, fica dentro da zona urbana de Rio Maior é ladeado por escolas, por comércio, serviços, instalações públicas e tem sido mantido, limpo, está vedado para evitar eventuais atos de vandalismo. No entanto, não reúne atualmente condições de segurança para ser visitado e um estudo da autarquia de 2007 refere que são necessários cerca de dois milhões de euros para o tornar visitável.

Acresce que, o estudo do antigo IPPAR define apenas a necessidade de classificação da fábrica de briquetes e da mina do espadanal enquanto património de interesse municipal.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) sublinhou que cada vez mais recai alguma ameaça consistente sobre o património arqueológico industrial. Disse que o pedido de abertura de classificação para um bem de interesse público ou nacional obviamente não é decidido aqui, o que se pede é a abertura de um processo de classificação que os técnicos da DGPC e da Comissão Nacional de Cultura farão.

5. Discussão do [projeto de resolução n.º 2242/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) referiu que em Fonte da Bica, nos arredores de Rio Maior, em área incluída no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, situa-se o único caso existente em Portugal de exploração milenar de um centro de produção de sal comum resultante da ocorrência de águas cloretadas sódicas com salinidades elevadas, a cerca de 30 quilómetros do

Atlântico, sítio esse que tem uma importância natural, geológica e industrial que lhe confere enormes potencialidades enquanto destino de interesse cultural.

As Salinas de Rio Maior assumem um relevante interesse sociocultural e estão na base do desenvolvimento de quatro aldeias (Marinhas do Sal, Fonte da Bica, Pé da Serra e Casal Calado), e deram origem a um conjunto de práticas específicas do local e da sua comunidade, com especial destaque para o direito consuetudinário da exploração da água salgada do poço mestre, com origens ancestrais.

As Salinas de Rio Maior têm sido objeto de inúmeros trabalhos científicos e foram classificadas como imóvel de interesse público através do decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro.

A valorização e divulgação das Salinas de Rio Maior assumem por isso grande importância, de um ponto de vista turístico e cultural, para os potenciais visitantes, e de um ponto de vista económico, para o concelho de Rio Maior e para a atividade desenvolvida em torno das Salinas.

Tendo em consideração que as salinas de Rio Maior foram classificadas em 1997 como imóvel de interesse público, considera o Grupo Parlamentar do PCP que se justifica plenamente a sua classificação como imóvel de interesse nacional e, nestes termos, recomendam ao Governo que dê início ao procedimento conducente à classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) mencionou que, segundo informações da Câmara Municipal de Rio Maior, a autarquia tem neste momento em curso (e já esta próxima a sua conclusão) um plano de pormenor de salvaguarda das Salinas de Rio Maior, que vai definir, ordenar, organizar o território naquele espaço. Nesse sentido, parece extemporâneo ao Grupo Parlamentar do PSD avançar já com este processo de classificação.

6. Discussão do [projeto de resolução n.º 2262/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Recomenda a classificação da obra de José Afonso como de interesse nacional

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) fez a apresentação da iniciativa, referindo que, em 2 de agosto de 2019, cumprir-se-ão os 90 anos do nascimento de José Afonso. Poeta, compositor e

intérprete, José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, também conhecido como Zeca Afonso, foi uma figura maior da cultura portuguesa.

A Associação José Afonso (AJA) lançou recentemente uma petição para «declarar a obra de José Afonso de interesse nacional» para tornar o acesso ao trabalho do reconhecido artista não só mais fácil, mas mesmo possível. De acordo com a AJA, «a sua obra encontra-se esgotada, sem editora que assuma a respetiva reedição, impossibilitando assim o seu acesso público». Esta Associação refere ainda que existe «um imbróglio jurídico, porque a Movieplay [a editora que detém os direitos comerciais da obra de José Afonso] está em situação de insolvência e não se sabe do paradeiro dos masters das músicas gravadas pelo Zeca Afonso».

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PCP considera que é urgente preservar e divulgar a obra de José Afonso, permitindo o seu acesso a todos, pelo que considera que o Governo deve envidar todos os esforços para recuperar toda a obra do músico, tendo em vista a sua reedição. Nesse sentido, recomenda ao Governo a classificação da obra de José Afonso como de interesse nacional, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e o desenvolvimento das diligências necessárias para recuperar toda a obra do músico, tendo em vista a sua reedição e divulgação.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) disse acompanhar a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, designadamente naquilo que diz respeito à necessidade de resgatar e de salvaguardar um património cultural, pertença de um democrata que deu voz a muitas das lutas contra o fascismo, que deu voz ao 25 de abril e a tudo o que se seguiu a partir daí, sendo um símbolo da cultura popular portuguesa e do espaço cultural que todos partilhamos.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) manifestou o seu apoio à iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP. Salientou a importância cultural única e ímpar da sua obra, referindo igualmente que, por princípio, não devemos adotar iniciativas que ultrapassem a vontade do artista e dos respetivos herdeiros. Referiu que o Ministério da Cultura e a Direção-Geral do Património Cultural, em parceria com a família e os herdeiros dos direitos de autor, estão já a fazer um enquadramento técnico-jurídico que possa garantir as finalidades de preservação física dos suportes originais da obra do artista e um inventário da sua obra.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) disse que o seu Grupo Parlamentar acompanhava a iniciativa em apreço.

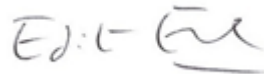
7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP, na reunião de 17 de julho de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Cardoso
Carla Sousa
Cristina Jesus
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
Joel Sá
José Carlos Barros
José Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Balseiro Lopes
Maria Conceição Loureiro
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
António Filipe
Carla Cruz
Carlos Silva
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Lúcia Araújo Silva
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Liliana Silva
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sara Madruga da Costa